

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

1º QUADRIMESTRE DE 2022

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 1º Quadrimestre do exercício de 2022, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 30.775.781,13, para uma previsão anual de R\$ 91.221.806,00.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	100.417.866,00	34.448.653,77	34,31%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	10.068.368,00	3.685.065,33	36,60%
Receita de Contribuições	2.723.737,00	1.265.937,10	46,48%
Receita Patrimonial	90.225,00	877.251,73	972,29%
Receita de Serviços	141.490,00	42.314,19	29,91%
Transferências Correntes	87.246.294,00	28.541.807,78	32,71%
Outras Receitas Correntes	147.752,00	36.277,64	24,55%
RECEITAS DE CAPITAL	764.640,00	324.091,07	42,38%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	50.000,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	6.035,00	9.123,46	151,18%
Transferências de Capital	706.764,00	296.797,75	41,99%
Outras receitas de capital	1.841,00	18.169,86	986,96%
TOTAL	101.182.506,00	34.772.744,84	34,37%
(-) Dedução para o FUNDEB	9.153.700,00	3.333.344,17	36,42%
(-) Outras Deduções da Receita	807.000,00	663.619,54	82,23%
TOTAL	91.221.806,00	30.775.781,13	33,74%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no exercício, a importância de R\$ 23.871.805,25, que corresponde a 24,18% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	76.626.529,51	83.598.701,50	23.233.638,25	97,33%
Pessoal e Encargos Sociais	42.346.705,05	42.527.453,17	12.295.744,33	51,51%
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	34.278.824,46	41.071.248,33	10.937.893,92	45,82%
DESPESAS DE CAPITAL	9.220.213,68	14.117.033,94	638.167,00	2,67%
Investimentos	9.219.213,68	14.116.033,94	638.167,00	2,67%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
Res. Contingência	1.029.295,80	1.029.295,80	0,00	0,00%
TOTAL	86.876.038,99	98.745.031,24	23.871.805,25	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 30.775.781,13 frente a despesa liquidada, R\$ 23.871.805,25, temos um superávit orçamentário de R\$ 6.903.975,88.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 211.203,55, que corresponde a 4,86% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	4.000.000,00	4.000.000,00	211.203,55	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	1.220.000,00	1.220.000,00	201.333,38	95,33%
Outras Despesas Correntes	2.780.000,00	2.780.000,00	9.870,17	4,67%
DESPESAS DE CAPITAL	345.767,01	345.767,01	0,00	0,00%
Investimentos	345.767,01	345.767,01	0,00	0,00%
TOTAL	4.345.767,01	4.345.767,01	211.203,55	100,00%

2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, estimada por ocasião da elaboração LOA totalizou R\$ 62.082.385,87. Ou seja, o limite máximo, para o exercício, seria R\$ 4.345.767,08.

De acordo com o Decreto Municipal 3.308, de 14/01/2022, que estabelece a programação financeira do Município, o limite de gastos do Poder Legislativo até o mês de abril é de R\$ 1.159.922,92.

Comparando com a despesa liquidada, houve uma economia de R\$ 948.719,37 em favor dos cofres municipais, ou seja, uma economia de 81,79% do limite do período.

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 5.666.103,27, para uma previsão de R\$ 10.766.194,00. Ou seja, a receita realizada, até o quadrimestre, representa 52,63% da receita prevista.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	5.495.757,00	4.022.307,46	73,19%
Receita de Contribuições	3.952.482,00	1.220.940,67	30,89%
Receita Patrimonial	1.203.731,00	2.712.673,76	225,36%
Outras Receitas Correntes	339.544,00	88.693,03	26,12%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.270.437,00	1.643.795,81	31,19%
Contribuições Sociais	3.912.153,00	1.209.681,44	30,92%
Outras Receitas Correntes	1.358.284,00	434.114,37	31,96%
TOTAL	10.766.194,00	5.666.103,27	52,63%

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência totalizou, no período, a importância de R\$ 2.230.138,46, que corresponde a 20,71% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	7.405.000,00	7.408.600,00	2.230.138,46	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	7.240.000,00	7.240.000,00	2.165.041,31	97,08%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	165.000,00	168.600,00	65.097,15	2,92%
Res. RPPS + Res. Contingência	3.361.194,00	3.357.594,00	0,00	0,00%
TOTAL	10.766.194,00	10.766.194,00	2.230.138,46	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 3.345.964,81.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DO RPPS e QUANTIDADE DE SEGURADOS

31/12/2021	30/04/2022	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
79.890.717,12	83.354.411,46	3.463.694,34	4,34

Em 30/04/2022 eram 859 segurados, assim classificados: 674 servidores ativos, 176 aposentados e 38 pensionistas.

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

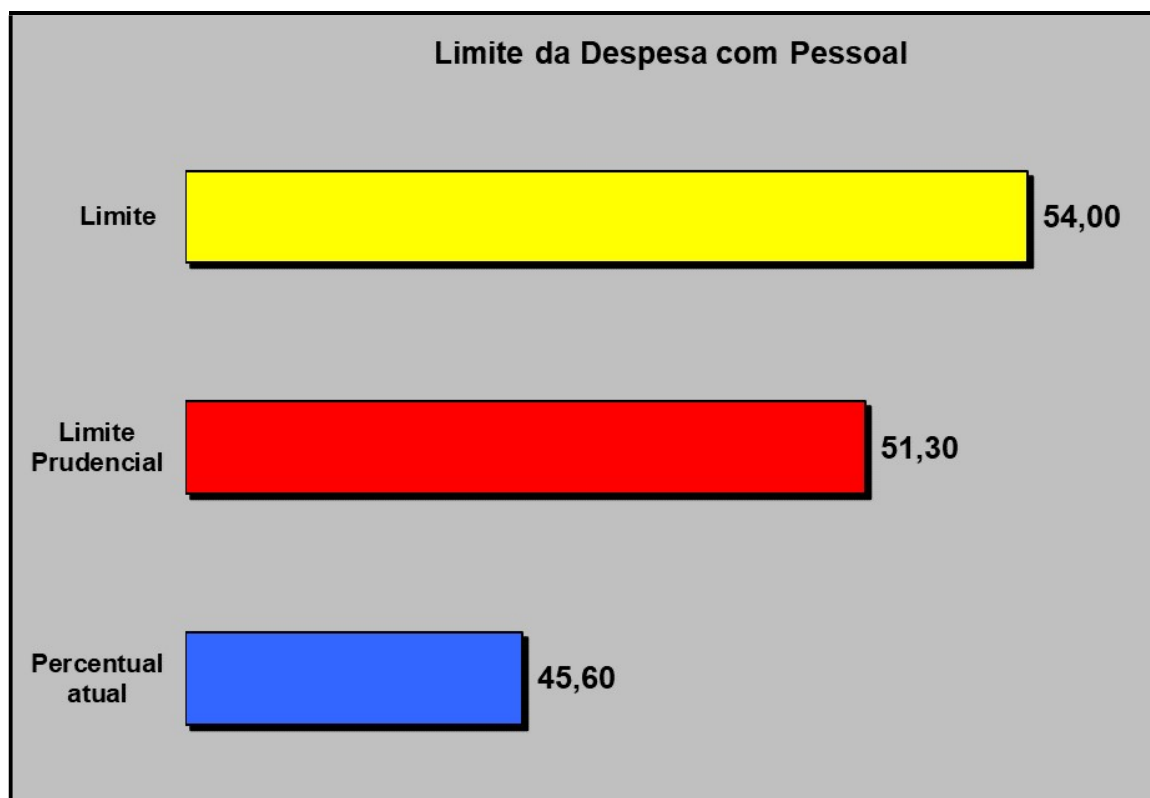
O valor da RCL apurado no mês de ABRIL/2022 é de R\$ 96.144.803,96.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 43.841.289,72, valor este que corresponde a 45,60% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitou tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 619.258,74, valor este que corresponde a 0,64% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O valor inscrito na Dívida Consolidada é R\$ 450.899,32, que corresponde a 0,47% da Receita Corrente Líquida.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

Não houve despesas com amortização, juros e encargos da dívida no período.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50% da Receita Corrente Líquida durante todo o exercício.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Município não realizou operações de crédito no período.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos, que totalizou R\$ 19.342.556,29 no exercício, e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo

Valor Mínimo a Aplicar em Saúde	2.901.383,44	15,00
Aplicação em Saúde	4.657.570,36	24,08
Aplicado a Maior em Saúde	1.756.186,92	9,08

Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo.

Valor Mínimo a Aplicar em Educação	4.835.639,07	25,00
Aplicação em Educação	3.867.031,55	19,99
Aplicado a Menor em Educação	968.607,52	5,01

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente relatório demonstramos que os limites legais, previstos em Resoluções do Senado Federal, na Lei Complementar 101/2000 e na Constituição da República Federativa do Brasil, foram cumpridos pelo Município, com exceção do índice de aplicação mínima em educação. Isso já foi reportado aos gestores para que, ao final do exercício, o índice seja atingido.

Constata-se o comportamento positivo da receita, apresentando uma leve tendência de que ocorra excesso de arrecadação ao final do exercício.

Também cabe destacar o desempenho da receita total do Regime Próprio de Previdência (FAPS) que decorre dos rendimentos das aplicações financeiras no período.

No quadrimestre o Município aplicou R\$ 1.756.186,92 acima do limite mínimo em saúde.

O Município também atendeu os prazos de publicações e entrega de prestações de contas aos órgãos fiscalizadores.

PREFEITO: ALCINDO DE AZEVEDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA: NOELI CLAUDETE ZIMMER

CONTADOR: JUARÊS LUÍS DA SILVA

Três Coroas, 30 de maio de 2022.